



E-book

**QUESTÕES INÉDITAS DE LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA ESTADUAL**

SEFAZ CE

APRESENTAÇÃO DO E-BOOK

Olá, Estrategista!

O concurso para o cargo de Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Ceará está a todo vapor!

Já sabemos que a disciplina de **Legislação Tributária** é de extrema importância para os concursos da área fiscal e a expectativa é de que esse cenário se repita para o concurso da SEFAZ CE. Por essa razão, é recomendado que o estudo dessa matéria seja intensificado *desde já* por todos os concurreiros que pretendem encarar esse novo certame.

Pensando nisso, a equipe do *Sistema de Questões do Estratégia* preparou esse e-book com **30 questões inéditas de Legislação Tributária do Estado do Ceará**, elaboradas e comentadas pelo **Prof. Roberto Maia**, do nosso SQ.

Os tópicos principais das leis do ICMS, IPVA e ITCMD do foram desmembrados em diversas questões literais para que você possa treinar e memorizar os artigos mais importantes.

Vale lembrar que em nosso Sistema de Questões temos mais de 800 questões inéditas acerca desse conteúdo. Ao final desse e-book você encontrará os nossos cadernos de questões separados de acordo com os tópicos dessas leis.

Agora, vamos para a resolução?

BONS ESTUDOS!

QUESTÕES INÉDITAS

Legislação do ICMS do Estado do Ceará (Lei nº. 12.670/96)

QUESTÃO 1 (4000645340):

No caso de uma operação iniciada em outra unidade da federação com destino a um consumido final não contribuinte localizado no Ceará, o destinatário da mercadoria ou recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a interestadual da unidade federada de origem, no prazo estabelecido em regulamento.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 2 (4000645338):

Com base na Lei nº 12.670, julgue o item a seguir:

Peter, britânico residente em Londres, liga para o hotel de João em Jericoacoara/CE para tirar dúvidas sobre a hospedagem. No entanto a ligação que Peter fez foi a cobrar e o hotel de João que arcou com todo o custo. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ICMS sobre esse serviço de comunicação prestado.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 3 (4000647346):

Na hipótese de mercadoria importada do exterior, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, dessa mercadoria deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará, vedada disposição em contrário, mediante a comprovação do pagamento do ICMS devido no ato do despacho aduaneiro.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 4 (4000649720):

Na hipótese de um transportador negociar a mercadoria durante o transporte dentro do Estado do Ceará e esse transportador não tenha domicílio neste Estado, a responsabilidade poderá ser atribuída a estabelecimento pertencente à mesma pessoa jurídica, inclusive do remetente, domiciliado neste Estado.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 5 (4000649258):

Incluem-se entre os contribuintes do ICMS a sociedade civil de fim econômico desde que explore a extração de substância mineral ou fóssil, a produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias ou bens que para esse fim adquira ou produza, bem como serviços de transporte e de comunicação.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 6 (4000661964):

Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aplicar a carga tributária líquida de 8%, em substituição à sistemática normal de tributação, nas prestações de serviço de telecomunicação destinadas a empresas de telemarketing localizadas a, no mínimo, 60 km de Fortaleza e com a geração mínima de 1.000 empregos diretos, observadas, ainda, condições como não utilização de qualquer crédito fiscal para compensar com o ICMS reduzido.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 7 (4000662025):

Não se considera como montante cobrado, para efeito da compensação do ICMS, a parcela do imposto destacado em documento fiscal emitido por contribuinte situado em outra unidade da Federação, correspondente à vantagem econômica resultante da concessão de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais em desacordo com o disposto em lei.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 8 (4000660101):

Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o ICMS devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável quando ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do ICMS.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 9 (4000673031):

No que tange a multa e penalidades previstas na Lei 12.670 para o relativamente à documentação e à escrituração, julgue o item a seguir:

Entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, bem como prestar ou utilizar serviços com documentação fiscal inidônea tem como consequência multa equivalente a uma vez o valor da operação praticada.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 10 (4000673011):

As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator a penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso. Com relação ao recolhimento do ICMS, caso o contribuinte utilize documentos fiscais ou livros fiscais, inclusive eletrônicos, fraudados, ele estará sujeito a multa equivalente a 3 vezes o valor do imposto.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 11 (4000648634):

O local da operação ou da prestação, para efeito da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento adquirente, na hipótese de da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundo de outra unidade da Federação, destinado a consumo ou Ativo Permanente.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 12 (4000663333):

Não se aplica a alíquota de 4%, nas operações interestaduais, para as mercadorias ou bens importados do Exterior por contribuintes do imposto desde que não tenham sido submetidos a processo de industrialização, na ocorrência de que os bens sejam produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que trata a lei.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 13 (4000663620):

Na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, será necessário estornar todo o crédito apropriado anteriormente.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 14 (4000663616):

C&M, indústria fabricante de suplementos alimentares, comprou, em novembro de 2019, uma nova máquina de mistura para sua produção. A C&M pagou R\$ 60.000,00 de ICMS pela máquina que deu entrada em seu estabelecimento em dezembro quando foi devidamente instalada. É correto afirmar que em novembro de 2019 a C&M pode se creditar do valor de R\$ 937,50, considerando que 75% das suas operações foram tributadas nesse período.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 15 (4000671942):

Após decorridos 90 dias do requerimento da restituição do ICMS e tendo escriturado tal valor como creditamento na sua contabilidade, sobrevivendo decisão contrária recorrível, o contribuinte ou responsável, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

- CERTO
 ERRADO

Lei do IPVA do Estado do Ceará (Lei nº. 12.023/92)

QUESTÃO 16 (4000703224):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, para efeito da primeira tributação, ocorre o fato gerador na data da aquisição por consumidor final, quando importado por empresa revendedora.

- CERTO
 ERRADO

QUESTÃO 17 (4000703231):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Pedro possui domicílio em Sobral, município do Ceará. Pedro adquiriu um veículo de uma montadora em São Paulo capital, o qual foi transportado para seu domicílio. É correto informar que o IPVA será devido para o Ceará.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 18 (4000703320):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Letícia é moto taxista e trabalha pela região metropolitana de Fortaleza. No tocante ao pagamento do IPVA, é correto afirmar que Letícia está isenta, desde que o veículo utilizado seja de sua propriedade.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 19 (4000703326):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Verificado pelo Fisco ou autoridade responsável pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia ou deixou de preencher as condições exigidas para o gozo da isenção ou não incidência, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da notificação fiscal, sob pena de sujeitar-se à lavratura de Auto de Infração.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 20 (4000705024):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, a base de cálculo, para efeito do primeiro lançamento, será, em qualquer caso, o preço final de venda efetuado pelo importador.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 21 (4000705037):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará: O servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção, vistoria ou transferência de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção ou não incidência do IPVA, será considerado responsável solidariamente pelo pagamento do IPVA e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes o adquirente.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 22 (4000705083):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

As infrações serão apuradas de acordo com as formalidades processuais específicas, no entanto, é possível aplicar penalidade fora da autuação competente.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 23 (4000705033):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

O adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do IPVA do exercício ou exercícios anteriores, é contribuinte do pagamento do IPVA e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 24 (4000705093):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

As multas previstas na Lei 12.023 serão reduzidas em 25% se o contribuinte ou responsável recolher a multa no prazo de liquidação fixado na intimação da decisão condenatória do Conselho de Recursos Tributários.

- CERTO
 ERRADO
-

Lei do ITCMD do Estado do Ceará (Lei nº. 15.812/15)

QUESTÃO 25 (4000705894):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Tratando-se de bens, títulos e créditos, o ITCD compete ao Estado do Ceará quando o donatário, o herdeiro ou o legatário estiver nele domiciliado, na hipótese em que o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado fora do país.

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 26 (4000705886):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos: Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, desde que nele tenha domicílio o doador, compete ao Estado do Ceará o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD.

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 27 (4000705932):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Sujeita-se à incidência do ITCD a transmissão apenas mediante doação de bem móvel, mesmo que representado por título, crédito, certificado ou registro, inclusive dinheiro, em moeda nacional ou estrangeira, depósito bancário, em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer outra aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia.

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 28 (4000705919):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Cícero faleceu deixando uma casa de praia para seus netos, João, Maria e Raissa. Raissa renunciou a herança em favor do monte, pois não tinha interesse na casa. Dessa forma, é correto afirmar que não ocorrerá incidência do ITCD para Raissa.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 29 (4000705914):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Lucas e Bruna se divorciaram após anos de casados. O patrimônio produzido pelo casal chegou a ser 1 carro de R\$ 100.000,00, 1 apartamento de R\$ 750.000,00 e um investimento no valor de R\$ 250.000. Ao final da separação, Lucas ficou com o apartamento e Bruna com o carro e os investimentos. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ITCD sobre R\$ 200.000,00.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 30 (4000705902):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Para os efeitos da Lei Nº 15.023, considera-se doação o ato ou fato em que o doador, por liberalidade, transmitir bem, vantagem ou direito de seu patrimônio ao donatário, que o aceitará expressa, tácita ou presumidamente, incluindo a doação efetuada com encargo ou ônus e o adiantamento da legítima.

- CERTO
 ERRADO

1. Gabarito

Questão	Certo	Errado
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		



Estratégia
Concursos

25		
26		
27		
28		
29		
30		



Estratégia

Concursos

2. Solução das questões

Legislação do ICMS do Estado do Ceará (Lei nº. 12.670/96)

QUESTÃO 1 (4000645340):

No caso de uma operação iniciada em outra unidade da federação com destino a um consumido final não contribuinte localizado no Ceará, o destinatário da mercadoria ou recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a interestadual da unidade federada de origem, no prazo estabelecido em regulamento.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“No caso de uma operação iniciada em outra unidade da federação com destino a um consumido final não contribuinte localizado no Ceará, o **destinatário** da mercadoria ou recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a interestadual da unidade federada de origem, no prazo estabelecido em regulamento.”

O correto seria **remetente**.

Temos a situação do DIFAL. Imagine duas situações onde o adquirente está no Ceará:

- I. Loja de móveis adquire R\$ 15.000 em prateleiras de uma loja em PE para revenda;
- II. Augusto adquire R\$ 10.000 em prateleiras para mobiliar sua casa de uma madeireira em Sergipe.

Só acontece DIFAL para o caso II, pois é o único consumidor final não contribuinte. No caso I teremos apenas a alíquota interestadual de 12%.

No caso II teremos o DIFAL e será calculado da seguinte maneira: Suponha que a alíquota geral para móveis seja 18%. Assim, Augusto, não contribuinte do ICMS, adquire móveis de Sergipe e ocorrerá o DIFAL (diferencial de alíquotas) 18% (alíquota interna de móveis no Ceará) menos 12% (alíquota interestadual entre estados os estados CE-SE), resultando em 6%.

Sendo assim, a Loja de Móveis (REMETENTE) debita 12% de R\$ 10.000 (R\$ 1.200) em favor de Sergipe e $(18\% - 12\% = 6\% \text{ de } 10.000)$ em favor do Ceará (R\$ 600), pois como Augusto não é contribuinte do ICMS não teria condições de efetuar esse recolhimento.

O DIFAL foi criado justamente para equalizar melhor o ICMS para os Estados, pois acabava que o Sudeste, por ser o grande produtor de mercadorias, acabava ficando com o ICMS das vendas interestaduais todo para si. Daí com a sistemática do diferencial de alíquotas esse valor do ICMS fica repartido entre o estado produtor e o consumidor.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 2º São hipóteses de incidência do ICMS:

IX - as operações e prestações iniciadas em outra unidade da Federação que destinem bens ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado neste Estado;

(...)

§3º Na hipótese do inciso IX deste artigo, o remetente da mercadoria ou prestador do serviço recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a interestadual da unidade federada de origem, no prazo estabelecido em regulamento.

QUESTÃO 2 (4000645338):

Com base na Lei nº 12.670, julgue o item a seguir:

Peter, britânico residente em Londres, liga para o hotel de João em Jericoacoara/CE para tirar dúvidas sobre a hospedagem. No entanto a ligação que Peter fez foi a cobrar e o hotel de João que arcou com todo o custo. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ICMS sobre esse serviço de comunicação prestado.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente, trata-se de um exemplo de um **serviço iniciado no exterior cuja cobrança se dá no Brasil.**

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 2º São hipóteses de incidência do ICMS:

(...)

§ 2º O ICMS incide ainda sobre as operações e as prestações que se iniciem no exterior.

QUESTÃO 3 (4000647346):

Na hipótese de mercadoria importada do exterior, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, dessa mercadoria deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará, vedada disposição em contrário, mediante a comprovação do pagamento do ICMS devido no ato do despacho aduaneiro.

CERTO
 ERRADO

Solução:

“Na hipótese de mercadoria importada do exterior, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, dessa mercadoria deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará, ~~vedada~~ disposição em contrário, mediante a comprovação do pagamento do ICMS devido no ato do despacho aduaneiro.”

É possível que uma lei disponha o contrário, afirmando que em um caso muito particular possa ocorrer a entrega antes da comprovação do pagamento do ICMS.

É possível editar um dispositivo que permita a entrada de respiradores para hospitais públicos **antes da comprovação do pagamento do ICMS**, em caso de uma pandemia. Perceba que cada minuto é valioso para que esses respiradores sejam entregues o mais rápido possível.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento:

VI – do desembaraço aduaneiro da mercadoria ou bem importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto;

(...)

*§ 1º Na hipótese do inciso VI, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará, **salvo disposição em contrário**, mediante a comprovação do pagamento do ICMS devido no ato do despacho aduaneiro.*

QUESTÃO 4 (4000649720):

Na hipótese de um transportador negociar a mercadoria durante o transporte dentro do Estado do Ceará e esse transportador não tenha domicílio neste Estado, a responsabilidade poderá ser atribuída a estabelecimento pertencente à mesma pessoa jurídica, inclusive do remetente, domiciliado neste Estado.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Isso mesmo. Existem várias hipóteses em que isso ocorre.

Imagine que Rafael possua uma empresa de transporte localizada no Maranhão e um supermercado no Ceará. Agora imagine que essa transportadora tenha sido contratada para entregar uma mercadoria que está no MA para o Rio grande do Norte.

Assim, ao passar no posto fiscal cearense o auditor apenas faz o reconhecimento da mercadoria, pois o Ceará é apenas o caminho para o RN. No entanto, a transportadora decide vender a mercadoria no Ceará sem recolher o imposto. Na

volta do caminhão pelo posto fiscal o auditor detecta a fraude e determina como responsável o supermercado de Rafael, pois tem domicílio no Ceará.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 16. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

(...)

II - o transportador em relação à mercadoria:

b) negociada em território deste Estado durante o transporte;

(...)

III - o remetente, o destinatário, o depositário, ou qualquer possuidor ou detentor de mercadoria ou bem desacompanhados de documento fiscal, ou acompanhados de documento fiscal inidôneo ou sem o selo fiscal de trânsito;

(...)

Parágrafo único. Na hipótese dos incisos II e III, caso as pessoas ali indicadas não tenham domicílio neste Estado, a responsabilidade poderá ser atribuída a estabelecimento pertencente à mesma pessoa jurídica, inclusive do remetente, domiciliado neste Estado.

QUESTÃO 5 (4000649258):

Incluem-se entre os contribuintes do ICMS a sociedade civil de fim econômico desde que explore a extração de substância mineral ou fóssil, a produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias ou bens que para esse fim adquira ou produza, bem como serviços de transporte e de comunicação.

() CERTO

(X) ERRADO

Solução:

“Incluem-se entre os contribuintes do ICMS a ~~sociedade civil de fim econômico~~ desde que explore a extração de substância mineral ou fóssil, a produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias ou bens que para esse fim adquira ou produza, bem como serviços de transporte e de comunicação”

Na verdade, a sociedade civil de fim econômico abrange qualquer tipo de operação/prestação. Já a sociedade civil de fim NÃO econômico deve ser restrita aos casos previstos abaixo.



LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 14. Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

§ 2º Incluem-se entre os contribuintes do ICMS:

V - a sociedade civil de fim econômico;

VI - a sociedade civil de fim não econômico que explore a extração de substância mineral ou fósfil, a produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias ou bens que para esse fim adquira ou produza, bem como serviços de transporte e de comunicação;

QUESTÃO 6 (4000661964):

Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aplicar a carga tributária líquida de 8%, em substituição à sistemática normal de tributação, nas prestações de serviço de telecomunicação destinadas a empresas de telemarketing localizadas a, no mínimo, 60 km de Fortaleza e com a geração mínima de 1.000 empregos diretos, observadas, ainda, condições como não utilização de qualquer crédito fiscal para compensar com o ICMS reduzido.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Carga tributária líquida significa que já considera as compensações e creditamentos.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 43-B Fica o Chefe do Poder Executivo, conforme se dispuser em regulamento, autorizado a aplicar a carga tributária líquida de 8% (oito por cento), em substituição à sistemática normal de tributação, nas prestações de serviço de telecomunicação destinadas a empresas de telemarketing localizadas a, no mínimo, 60 (sessenta) km de Fortaleza e com a geração mínima de 1.000 (mil) empregos diretos, observadas, ainda, as seguintes condições:

(...)

IV – não poderá ser utilizado qualquer crédito fiscal para compensar com o imposto devido na forma do caput deste artigo.

QUESTÃO 7 (4000662025):

Não se considera como montante cobrado, para efeito da compensação do ICMS, a parcela do imposto destacado em documento fiscal emitido por contribuinte situado em outra unidade da Federação, correspondente à vantagem econômica resultante

da concessão de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais em desacordo com o disposto em lei.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente.

Se ocorrer algum benefício ilegal, a **fazenda não irá considerar isso como crédito.**

CF/88

Art. 155 § 2º O imposto previsto no inciso II (ICMS) atenderá ao seguinte:

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 46. O ICMS é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este ou por outro Estado.

§ 1º Não se considera como montante cobrado, para efeito da compensação referida no caput deste artigo, a parcela do ICMS destacado em documento fiscal emitido por contribuinte situado em outra unidade da Federação, correspondente à vantagem econômica resultante da concessão de quaisquer incentivos ou benefícios fiscais em desacordo com o disposto no art. 155, §2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal.

QUESTÃO 8 (4000660101):

Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o ICMS devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável quando ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do ICMS.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Literalidade.

Imagine que uma empresa de leite teve uma pane elétrica e boa parte do leite que estava refrigerado estragou. Perceba que tal mercadoria não poderá ser mais

comercializada, mas **mesmo assim a empresa de leite deve recolher o ICMS referente à operação pecuarista** – empresa de leite.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 21. Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o ICMS devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável quando:

(...)

III - ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do ICMS.

QUESTÃO 9 (4000673031):

No que tange a multa e penalidades previstas na Lei 12.670 para o relativamente à documentação e à escrituração, julgue o item a seguir:

Entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, bem como prestar ou utilizar serviços com documentação fiscal inidônea tem como consequência multa equivalente a uma vez o valor da operação praticada.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

"Entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, bem como prestar ou utilizar serviços com documentação fiscal inidônea tem como consequência multa equivalente a uma vez o valor da **operação praticada.**"

O correto seria uma vez o **valor do imposto devido** e não o valor da operação.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

III - relativamente à documentação e à escrituração:

a) entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, bem como prestar ou utilizar serviços:

1. sem documentação fiscal: multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação;

*2. com documentação fiscal inidônea: multa equivalente a **uma vez o valor do imposto devido;***

QUESTÃO 10 (4000673011):

As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator a penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso. Com relação ao recolhimento do ICMS,

caso o contribuinte utilize documentos fiscais ou livros fiscais, inclusive eletrônicos, fraudados, ele estará sujeito a multa equivalente a 3 vezes o valor do imposto.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator a penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso. Com relação ao recolhimento do ICMS, caso o contribuinte utilize documentos fiscais ou livros fiscais, inclusive eletrônicos, fraudados, ele estará sujeito a multa equivalente a ~~3 vezes~~ o valor do imposto."

O correto seria **2 vezes o valor do imposto**.

A questão usou a redação antiga (3x). Esse texto foi alterado em 2017.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

I - com relação ao recolhimento do ICMS:

a) utilizar documentos fiscais ou livros fiscais, inclusive eletrônicos, fraudados: multa equivalente a 2 (duas) vezes o valor do imposto;

QUESTÃO 11 (4000648634):

O local da operação ou da prestação, para efeito da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento adquirente, na hipótese de da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundo de outra unidade da Federação, destinado a consumo ou Ativo Permanente.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. O estabelecimento que adquira móveis para compor uma sala (ativos permanentes) de outro Estado, para fins legais, é o local de operação do imposto.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento:

XIV - da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundo de outra unidade da Federação, destinado a consumo ou Ativo Permanente;

Art. 12. O local da operação ou da prestação, para efeito da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

i) o do estabelecimento adquirente, na hipótese do inciso XIV do artigo 3º;

QUESTÃO 12 (4000663333):

Não se aplica a alíquota de 4%, nas operações interestaduais, para as mercadorias ou bens importados do Exterior por contribuintes do imposto desde que não tenham sido submetidos a processo de industrialização, na ocorrência de que os bens sejam produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que trata a lei.

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Processo Produtivo Básico consiste num mecanismo específico de industrialização previsto em lei.

De acordo com MDIC: O Processo Produtivo Básico (PPB) foi definido por meio da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo "o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto".

Em resumo, o PPB consiste de etapas fabris mínimas necessárias que as empresas deverão cumprir para fabricar determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei. Os PPB são estabelecidos por meio de Portarias Interministeriais, assinadas pelos ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 44. As alíquotas do ICMS são:

III – nas operações e prestações interestaduais:

(...)

b) 4% (quatro por cento), para as mercadorias ou bens importados do Exterior por contribuintes do imposto, nos termos da Resolução nº13, de 25 de abril de 2012, do Senado Federal, desde que:

1. não tenham sido submetidos a processo de industrialização; ou

2. ainda que submetidos a processo de industrialização, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40% (quarenta por cento);

(...)

§4º O disposto na alínea "b" do inciso III do caput deste artigo não se aplica:

II – aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nos 8.248, de 23 de

outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e 11.484, de 31 de maio de 2007;

QUESTÃO 13 (4000663620):

Na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, será necessário estornar todo o crédito apropriado anteriormente.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“Na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, ~~será necessário estornar todo o crédito apropriado anteriormente.~~”

O crédito já apropriado não é estornado. Na verdade, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de ativo permanente relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 49. Para a compensação a que se refere o Artigo 46, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do ICMS anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu consumo ou ao Ativo Permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 4º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

*V - na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, **antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;***

QUESTÃO 14 (4000663616):

C&M, indústria fabricante de suplementos alimentares, comprou, em novembro de 2019, uma nova máquina de mistura para sua produção. A C&M pagou R\$ 60.000,00 de ICMS pela máquina que deu entrada em seu estabelecimento em dezembro quando foi devidamente instalada. É correto afirmar que em novembro de 2019 a C&M pode se creditar do valor de R\$ 937,50, considerando que 75% das suas operações foram tributadas nesse período.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“C&M, indústria fabricante de suplementos alimentares, comprou, em novembro de 2019, uma nova máquina de mistura para sua produção. A C&M pagou R\$ 60.000,00 de ICMS pela máquina que deu entrada em seu estabelecimento em dezembro quando foi devidamente instalada. É correto afirmar que em **novembro** de 2019 a C&M pode se creditar do valor de R\$ 937,50, considerando que 75% das suas operações foram tributadas nesse período.”

Tudo certo na questão, o cálculo, os valores, tudo. No entanto, o mês em que é possível realizar o creditamento está incorreto. Deve ser a partir do mês de entrada, ou seja, **DEZEMBRO!**

$$\text{ICMS a se creditar} = \frac{\text{valor total do crédito}}{48} \times \frac{\text{operações tributadas}}{\text{total de operações}}$$

ICMS total a creditar foi 60.000 e ao dividir por 48 temos um valor de 1.250. Porém, nem todas as operações realizadas pela C&M foram tributadas, pode ter havido operações isentas ou com não incidência. A questão foi boazinha ao fornecer já a relação entre operações tributadas e total de operações que foi 75%. Assim, ao efetuar a multiplicação de $1.250 \times 0,75 = 937,50$.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 49. Para a compensação a que se refere o Artigo 46, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do ICMS anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu consumo ou ao Ativo Permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 4º Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I - a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II - em cada período de apuração do imposto só será admitido o creditamento de que trata o inciso I, proporcionalmente às operações de saídas ou prestações tributadas, efetuadas no mesmo período;

III - para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

QUESTÃO 15 (4000671942):

Após decorridos 90 dias do requerimento da restituição do ICMS e tendo escriturado tal valor como creditamento na sua contabilidade, sobrevindo decisão contrária recorrível, o contribuinte ou responsável, no prazo de quinze dias da respectiva

notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

CERTO
 ERRADO

Solução:

“Após decorridos 90 dias do requerimento da restituição do ICMS e tendo escriturado tal valor como creditamento na sua contabilidade, sobrevindo decisão contrária **recorrível**, o contribuinte ou responsável, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.”

A decisão deve ser **definitiva**, sem possibilidade de recursos.

LEI Nº 12.670/ 1996 – Lei que instituiu o ICMS no Estado do Ceará

Art. 65. A restituição será autorizada pelo Secretário da Fazenda e somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo.

§ 1º Formulado o pedido de restituição, e não tendo o Secretário da Fazenda deliberado a respeito no prazo de 90 (noventa dias), o contribuinte poderá compensar o valor pago indevidamente no período de apuração seguinte, salvo quanto aos recolhimentos decorrentes de Auto de Infração.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Lei do IPVA do Estado do Ceará (Lei nº. 12.023/92)

QUESTÃO 16 (4000703224):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, para efeito da primeira tributação, ocorre o fato gerador na data da aquisição por consumidor final, quando importado por empresa revendedora.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Consumidor final é aquele que compra para uso próprio. Assim, um consumidor que adquire o veículo novo, há incidência do IPVA contando do dia da aquisição.

Essa expressão “primeira aquisição” significa a primeira aquisição do veículo, ou seja, quando ele sai da concessionária 0km para alguém. Pois, não há esse tipo de incidência em veículos usados.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

Art. 1º - § 4º - Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, para efeito da primeira tributação, ocorre o fato gerador:

II - na data da aquisição por consumidor final, quando importado por empresa revendedora;

QUESTÃO 17 (4000703231):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Pedro possui domicílio em Sobral, município do Ceará. Pedro adquiriu um veículo de uma montadora em São Paulo capital, o qual foi transportado para seu domicílio. É correto informar que o IPVA será devido para o Ceará.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Imagine que Pedro queria uma Ferrari que só tinha em São Paulo, isso não muda que o IPVA será devido o Estado do Ceará.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

*Art. 2º - O imposto **será devido no local do domicílio do proprietário do veículo.***

QUESTÃO 18 (4000703320):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Letícia é moto taxista e trabalha pela região metropolitana de Fortaleza. No tocante ao pagamento do IPVA, é correto afirmar que Letícia está isenta, desde que o veículo utilizado seja de sua propriedade.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Isso mesmo. Note que aqui não está incluso expressamente motos sob arrendamento mercantil.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

Art. 4º - São isentos do pagamento do imposto:

*XII – veículos destinados à condução de passageiros desde que de propriedade de **profissional autônomo registrado na categoria de aluguel – mototaxi.** (Nova redação dada pela Lei n.º 15.893, de 27.11.15)*

QUESTÃO 19 (4000703326):

Conforme consta na Lei Nº 12.023, analise o item seguinte sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Verificado pelo Fisco ou autoridade responsável pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia ou deixou de preencher as condições exigidas para o gozo da isenção ou não incidência, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da notificação fiscal, sob pena de sujeitar-se à lavratura de Auto de Infração.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Várias isenções possuem requisitos e condições que precisam ser cumpridas para que o contribuinte possa desfrutar desse benefício. Assim, caso alguma dessas exigências deixe de ser cumprido, o contribuinte terá 30 dias para recolher o IPVA, desde que esse descumprimento não seja por fraude.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

*Art. 5º - Verificado pelo Fisco ou autoridade responsável pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia ou deixou de preencher as condições exigidas para o gozo da isenção ou não incidência, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, na forma do artigo 15, **no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação fiscal, sob pena de sujeitar-se à lavratura de Auto de Infração.***

QUESTÃO 20 (4000705024):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, a base de cálculo, para efeito do primeiro lançamento, será, em qualquer caso, o preço final de venda efetuado pelo importador.

() CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, a base de cálculo, para efeito do primeiro lançamento, será, ~~em qualquer caso~~, o preço final de venda efetuado pelo importador.”

Na verdade, **não é em qualquer caso**, mas sim nos casos que não se encaixarem no inciso I. ou seja, importações realizadas por usuários finais.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

Art. 7º - A base de cálculo do imposto é o valor corrente do veículo automotor, levando-se em conta os preços praticados no mercado e os divulgados em publicações especializadas.

§ 2º - Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, a base de cálculo, para efeito do primeiro lançamento, será:

II - nos demais casos, o preço final de venda efetuado pelo importador.

QUESTÃO 21 (4000705037):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará: O servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção, vistoria ou transferência de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção ou não incidência do IPVA, será considerado responsável solidariamente pelo pagamento do IPVA e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes o adquirente.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. Ao vender um veículo é preciso que transferir o nome do proprietário. Para tanto, fiscaliza-se no momento da transferência a quitação do IPVA. **O servidor responsável que deixar de fazer essa verificação, será responsável pelo IPVA devido.**

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

*Art. 10. São responsáveis solidariamente pelo pagamento do imposto e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes: (Nova redação dada pela Lei n.º 15.893, de 27.11.15)
IV - O servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção, vistoria ou transferência de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção ou não incidência do imposto.*

QUESTÃO 22 (4000705083):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

As infrações serão apuradas de acordo com as formalidades processuais específicas, no entanto, é possível aplicar penalidade fora da autuação competente.

() CERTO
() ERRADO

Solução:

“As infrações serão apuradas de acordo com as formalidades processuais específicas, no entanto, é possível aplicar ~~penalidade fora da autuação competente.~~”

Na verdade, não é possível aplicar penalidade senão através da atuação competente.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

Art. 16 - A inobservância dos dispositivos desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

*§ 1º - As infrações serão apuradas de acordo com as formalidades processuais específicas, **não se podendo aplicar penalidade serão através da autuação competente.***

QUESTÃO 23 (4000705033):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

O adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do IPVA do exercício ou exercícios anteriores, é contribuinte do pagamento do IPVA e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.

() CERTO
() ERRADO

Solução:

“O adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do IPVA do exercício ou exercícios anteriores, é **contribuinte** do pagamento do IPVA e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.”

Na verdade, o correto seria **responsável**. Nessa relação o contribuinte é o proprietário à época do fato gerador.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará

*Art. 10. São responsáveis solidariamente pelo pagamento do imposto e, conforme o caso, pelos acréscimos incidentes: (Nova redação dada pela Lei n.º 15.893, de 27.11.15)
I - o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;*

QUESTÃO 24 (4000705093):

Utilizando a Lei Nº 12.023 como base, julgue a questão subsequente sobre o IPVA no Estado do Ceará:

As multas previstas na Lei 12.023 serão reduzidas em 25% se o contribuinte ou responsável recolher a multa no prazo de liquidação fixado na intimação da decisão condenatória do Conselho de Recursos Tributários.

- () CERTO
(X) ERRADO

Solução:

“As multas previstas na Lei 12.023 serão reduzidas em 25% se o contribuinte ou responsável recolher a multa no prazo de liquidação fixado na intimação da decisão condenatória do Conselho de Recursos Tributários.”

Na verdade, o **valor da redução é de 30% e não 25%**.

LEI Nº 12.023/1992 – Lei que dispõe sobre o IPVA no Estado do Ceará Art. 17 - As multas previstas no artigo anterior serão reduzidas nos seguintes percentuais: III - 30% (trinta por cento), se o contribuinte ou responsável recolher a multa no prazo de liquidação fixado na intimação da decisão condenatória do Conselho de Recursos Tributários;

Lei do ITCMD do Estado do Ceará (Lei nº. 15.812/15)

QUESTÃO 25 (4000705894):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Tratando-se de bens, títulos e créditos, o ITCD compete ao Estado do Ceará quando o donatário, o herdeiro ou o legatário estiver nele domiciliado, na hipótese em que o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado fora do país.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Se o beneficiário está no Ceará e o de cujus (pessoa que faleceu) está fora do país ou teve seu inventário processado fora do país, cabe à SEFAZ CE recolher o tributo.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

*Art. 2º Tratando-se de bens, títulos e créditos, o ITCD compete a este Estado quando o donatário, o herdeiro ou o legatário estiver nele domiciliado, nas hipóteses em que:
II - o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado fora do país.*

QUESTÃO 26 (4000705886):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos: Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, desde que nele tenha domicílio o doador, compete ao Estado do Ceará o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Isso mesmo. Doador é quem realiza a doação e donatário é quem recebe.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

*Art. 1º O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, compete a este Estado nas seguintes situações:
III - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, desde que nele tenha domicílio o doador.*

QUESTÃO 27 (4000705932):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Sujeita-se à incidência do ITCD a transmissão apenas mediante doação de bem móvel, mesmo que representado por título, crédito, certificado ou registro, inclusive dinheiro, em moeda nacional ou estrangeira, depósito bancário, em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer outra aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"Sujeita-se à incidência do ITCD a transmissão ~~apenas mediante doação de bem móvel~~, mesmo que representado por título, crédito, certificado ou registro, inclusive dinheiro, em moeda nacional ou estrangeira, depósito bancário, em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer outra aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia."

Na verdade, **ocorre a incidência tanto na transmissão por doação quanto por causa mortis**. Logo, como a questão limitou apenas a doação ela encontra-se incorreta.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

Art. 4º Sujeita-se à incidência do ITCD a transmissão causa mortis ou mediante doação de:

II - bem móvel, mesmo que representado por título, crédito, certificado ou registro, inclusive:

c) dinheiro, em moeda nacional ou estrangeira, depósito bancário, em conta corrente, em caderneta de poupança e a prazo fixo, quota ou participação em fundo mútuo de ações, de renda fixa, de curto prazo, e qualquer outra aplicação financeira e de risco, seja qual for o prazo e a forma de garantia;

QUESTÃO 28 (4000705919):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Cícero faleceu deixando uma casa de praia para seus netos, João, Maria e Raissa. Raissa renunciou a herança em favor do monte, pois não tinha interesse na casa. Dessa forma, é correto afirmar que não ocorrerá incidência do ITCD para Raissa.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Incidirá apenas na transmissão para João e Maria, pois **a renúncia foi feita em favor do monte (espólio)**.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

Art. 3º Constitui hipótese de incidência do ITCD a transmissão de quaisquer bens ou direitos:

§ 7º Tendo sido feita a renúncia, a cessão não onerosa e a desistência de herança em favor do monte, e não de alguém particularmente, não incide o ITCD.

QUESTÃO 29 (4000705914):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Lucas e Bruna se divorciaram após anos de casados. O patrimônio produzido pelo casal chegou a ser 1 carro de R\$ 100.000,00, 1 apartamento de R\$ 750.000,00 e um investimento no valor de R\$ 250.000. Ao final da separação, Lucas ficou com o apartamento e Bruna com o carro e os investimentos. Sendo assim, é correto afirmar que haverá incidência do ITCD sobre R\$ 200.000,00.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente.

Total do patrimônio: R\$ 1.100.000,00, ou seja, a meação deveria ser R\$ 550.000,00 para cada um. Se Lucas ficou com R\$ 750.000,00 (valor do apartamento) significa que Lucas recebeu R\$ 200.000,00 a mais que a meação.

Logo, para o ITCD, isso representa que Bruna doou R\$ 200.000 para Lucas, havendo incidência do imposto.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

Art. 3º Constitui hipótese de incidência do ITCD a transmissão de quaisquer bens ou direitos:

§ 4º Está compreendida na incidência do ITCD a transmissão de bens e direitos que, na divisão de patrimônio comum, na partilha ou na adjudicação, forem atribuídos a um dos cônjuges, a um dos companheiros, ou a qualquer herdeiro, acima do valor da meação ou do respectivo quinhão.

QUESTÃO 30 (4000705902):

De acordo com a Lei Nº 15.812 de 2015, julgue o item a seguir sobre o Imposto sobre Transmissão causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos:

Para os efeitos da Lei Nº 15.023, considera-se doação o ato ou fato em que o doador, por liberalidade, transmitir bem, vantagem ou direito de seu patrimônio ao donatário, que o aceitará expressa, tácita ou presumidamente, incluindo a doação efetuada com encargo ou ônus e o adiantamento da legítima.

(X) CERTO
() ERRADO

Solução:

Exatamente. Observe que inclui doação feita com encargo ou ônus. Exemplo: doarei essa casa para Gabriel, desde que ele a pinte todos os anos. Esse encargo não descaracteriza a doação, logo, incide ITCD.

Já adiantamento de legítima significa um avô que começa a repassar seu patrimônio para os filhos, antes de falecer. Isso considera adiantamento de legítima ou herança.

LEI Nº 15.812/2015 – Lei que dispõe acerca do ITCD no Estado do Ceará

Art. 3º Constitui hipótese de incidência do ITCD a transmissão de quaisquer bens ou direitos:

*§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se **doação o ato ou fato em que o doador, por liberalidade, transmitir bem, vantagem ou direito de seu patrimônio ao donatário, que o aceitará expressa, tácita ou presumidamente, incluindo a doação efetuada com encargo ou ônus e o adiantamento da legítima.***

3. Gabarito Preenchido

Questão	Certo	Errado
1		X
2	X	
3		X
4	X	
5		X
6	X	
7	X	
8	X	
9		X
10		X
11	X	
12	X	
13		X
14		X
15		X
16	X	
17	X	
18	X	
19	X	
20		X
21	X	
22		X
23		X
24		X



Estratégia
Concursos

25	X	
26	X	
27		X
28	X	
29	X	
30	X	



Estratégia

Concursos

CADERNOS DE QUESTÕES INÉDITAS DO SQ

1. Questões Inéditas – Lei nº 12.670/96 (ICMS do Estado do Ceará)

[Capítulo I – Do Imposto](#)

[Capítulo II – Do Local da Operação e da Prestação](#)

[Capítulo III – Da Sujeição Passiva](#)

[Capítulo IV – Do Cálculo do Imposto \(Base de Cálculo\)](#)

[Capítulo IV – Do Cálculo do Imposto \(Alíquotas\)](#)

[Capítulo V – Da Sistemática de Apuração](#)

[Capítulo VI – Do Recolhimento do ICMS](#)

[Capítulo VII – Da Restituição](#)

[Capítulo VIII – Dos Regimes Especiais de Tributação](#)

[Capítulo IX – Das Obrigações Acessórias](#)

[Capítulo X – Da Fiscalização](#)

[Capítulo XI – Da Retenção de Mercadoria em Situação Irregular](#)

[Capítulo XII – Do Procedimento Administrativo, da Restituição ou Perda, do Leilão, da Doação e da Incineração de Mercadorias Retidas](#)

[Capítulo XIII – Das Infrações e Penalidades](#)

[Capítulo XIV – Das Disposições Finais e Transitórias](#)

2. Questões Inéditas – Lei nº 15.812/15 (ITCMD do Estado do Ceará)

[Caderno de Questões – ITCMD CE](#)

3. Questões Inéditas – Lei nº 12.023/92 (IPVA do Estado do Ceará)

[Caderno de Questões – IPVA CE](#)